

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	22/04/2016	Ordinária		0,20583
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2016	Ordinária		0,62534

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	43.567.609	41.421.935
1.01	Ativo Circulante	19.698.232	21.939.440
1.01.01	Disponibilidades	138.136	209.975
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.963.572	12.445.108
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	7.963.572	12.444.473
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	635
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.113.842	253.302
1.01.03.01	Carteira Própria	3.031.601	227.797
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	777.459	0
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	304.782	25.505
1.01.04	Relações Interfinanceiras	280.760	178.168
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	67.405	1.378
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	211.254	173.609
1.01.04.03	Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	0	102
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	774	1.885
1.01.04.05	Correspondentes	1.327	1.194
1.01.06	Operações de Crédito	4.561.097	5.476.359
1.01.06.01	Setor Público	211.922	243.022
1.01.06.02	Setor Privado	4.983.949	5.734.502
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-634.774	-501.165
1.01.08	Outros Créditos	2.602.772	3.344.533
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	29
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	597.435	818.089
1.01.08.03	Rendas a Receber	12.140	13.075
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	12	4
1.01.08.05	Diversos	2.198.322	2.719.014
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-205.137	-205.678
1.01.09	Outros Valores e Bens	38.053	31.995
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.234	13.996
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-613	-625
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	24.432	18.624
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.648.303	19.248.006
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	16.014.431	12.073.969
1.02.02.01	Carteira Própria	15.527.989	9.455.535
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos a Recompra	42.716	1.606.140
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	413.605	610.474
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	30.121	401.820
1.02.03	Relações Interfinanceiras	65.005	45.493
1.02.03.01	Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	6	2
1.02.03.02	SFH-Sistema Financeiro da Habitação	64.999	44.549
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	0	942
1.02.05	Operações de Crédito	6.630.952	6.723.551
1.02.05.01	Setor Público	1.174.404	1.381.893
1.02.05.02	Setor Privado	5.993.343	5.762.903

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-536.795	-421.245
1.02.07	Outros Créditos	937.915	404.993
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	117
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.049	18.049
1.02.07.03	Diversos	966.791	433.416
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-46.925	-46.589
1.03	Ativo Permanente	221.074	234.489
1.03.01	Investimentos	1.898	1.866
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.201	7.169
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	202.120	215.976
1.03.02.01	Imóveis de Uso	170.087	168.413
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.628	107.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	278.389	263.840
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-353.984	-323.905
1.03.04	Intangível	17.056	16.610
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	17.056	16.610
1.03.05	Diferido	0	37
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	37	358
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-37	-321

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	43.567.609	41.421.935
2.01	Passivo Circulante	15.906.076	15.931.326
2.01.01	Depósitos	5.759.460	5.720.863
2.01.01.01	Depósito a Vista	263.267	333.005
2.01.01.02	Depósito de Poupança	2.067.252	1.854.853
2.01.01.03	Depósito Interfinanceiros	973.700	1.037.769
2.01.01.04	Depósito a Prazo	2.455.241	2.495.236
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	895.587	1.541.765
2.01.02.01	Carteira Própria	816.800	1.474.628
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	78.787	67.137
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	307.373	224.885
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	287.355	215.449
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	20.018	9.436
2.01.04	Relações Interfinanceiras	40.233	363
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	40.233	363
2.01.05	Relações Interdependências	14.701	12.373
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	14.280	12.331
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	421	42
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	533.679	1.000.882
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	533.679	1.000.882
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	156.980	150.552
2.01.07.01	Tesouro Nacional	450	426
2.01.07.02	BNDES	130.472	123.008
2.01.07.03	FINAME	26.058	27.118
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	142.433	168.823
2.01.09	Outras Obrigações	8.055.630	7.110.820
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.475	2.312
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	3.700	3.977
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	11.521	46.661
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	496.429	583.927
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	153	117
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.179.827	4.441.912
2.01.09.07	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	92.567
2.01.09.08	Diversas	2.311.525	1.939.347
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	24.635.655	22.647.423
2.02.01	Depósitos	4.617.927	5.029.884
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	112.892	171.034
2.02.01.02	Depósito a Prazo	4.505.035	4.858.850
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	2.693	129.478
2.02.02.01	Carteira Própria	2.693	129.478
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.011.461	1.194.587
2.02.03.01	Recursos Letras Imobiliárias Hipotecárias, Crédito e Similares	599	0
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.010.862	1.194.587
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.545.437	1.558.594

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.07.02	BNDES	1.448.004	1.444.316
2.02.07.03	FINAME	97.433	114.278
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	667.220	911.560
2.02.09	Outras Obrigações	16.790.917	13.823.320
2.02.09.01	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	10.767.003	7.882.272
2.02.09.02	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	1.408.609
2.02.09.03	Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	1.000.000	0
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.956.040	1.792.282
2.02.09.05	Diversas	3.067.874	2.740.157
2.05	Patrimônio Líquido	3.025.878	2.843.186
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	15.023	16.621
2.05.03.01	Ativos Próprios	15.023	16.621
2.05.04	Reservas de Lucro	771.046	598.429
2.05.04.01	Legal	212.003	200.726
2.05.04.02	Estatutária	559.043	397.703
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-551.927	-615.864
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-551.927	-615.864
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-52.264	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.465.417	4.010.669	2.192.213	4.964.704
3.01.01	Operações de Crédito	477.568	1.519.026	788.709	1.809.832
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	914.557	2.610.314	795.297	2.159.918
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	39.151	-216.751	341.707	571.730
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	22.389	65.526	263.476	409.346
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	11.752	32.554	3.024	13.878
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.160.977	-3.096.084	-1.873.691	-4.280.781
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-376.166	-1.062.666	-751.016	-1.715.105
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-548.534	-1.455.819	-962.154	-1.863.257
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-236.277	-577.599	-160.521	-702.419
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	304.440	914.585	318.522	683.923
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-398.653	-671.881	-403.012	-670.577
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	468.729	1.571.103	464.715	1.543.370
3.04.02	Despesas de Pessoal	-424.190	-1.281.792	-374.433	-1.105.598
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-301.396	-836.057	-255.027	-718.045
3.04.04	Despesas Tributárias	-67.143	-209.911	-63.188	-191.307
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	355.555	1.676.342	350.415	1.127.089
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-430.208	-1.591.566	-525.494	-1.326.086
3.05	Resultado Operacional	-94.213	242.704	-84.490	13.346
3.06	Resultado Não Operacional	275	480	340	1.644
3.06.01	Receitas	2.021	4.017	2.261	5.474
3.06.02	Despesas	-1.746	-3.537	-1.921	-3.830
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-93.938	243.184	-84.150	14.990
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-72.772	-231.064	-108.907	-270.331
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-40.815	-129.239	-61.917	-160.929
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-31.957	-101.825	-46.990	-109.402
3.09	IR Diferido	113.913	175.838	235.873	489.510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	0	-15.191	0	-33.225
3.10.01	Participações	0	-15.191	0	-33.225
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-52.797	172.767	42.816	200.944
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	-0,6113	2,0003	0,4957	2,3265

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-52.797	172.767	42.816	200.944
4.02	Outros Resultados Abrangentes	44.012	65.535	-138.633	-434.744
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	74.356	270.606	-243.748	-250.619
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-30.249	-109.115	104.612	107.360
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	969	2.905	968	2.905
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-436	-1.307	111	-664
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-628	-97.554	-576	-293.726
4.03	Resultado Abrangente do Período	-8.785	238.302	-95.817	-233.800

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.081.168	4.174.603
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.963.165	2.515.557
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	172.767	200.944
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	31.738	30.328
6.01.01.03	Prov. para Desv. de Outros Valores e bens	-12	-12
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	560.987	546.167
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	16.612	156.252
6.01.01.06	Provisão para Passivo Risco do FNE	739.645	891.836
6.01.01.07	Provisão para Passivo Risco do FDNE	30	42
6.01.01.08	Provisão para Passivo Contingentes	86.323	84.378
6.01.01.09	Provisão Benefício pós emprego	139.987	109.824
6.01.01.10	Provisão para Ativo Fiscal Diferido	175.838	489.510
6.01.01.11	Provisão para Perdas em Créditos Vinculados SFH	23.188	212
6.01.01.12	Constituição/Reversão de Provisões Operacionais	16.062	6.076
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.044.333	1.659.046
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-11.015	76.500
6.01.02.02	Relações Interfinanceira e Interdependência	-103.094	189.141
6.01.02.03	Operações de Crédito	446.875	-999.196
6.01.02.04	Ouitros Créditos	238.194	-1.532.285
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-5.915	-3.416
6.01.02.06	Depósitos	-373.360	-1.369.082
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	-772.964	-89.386
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-100.638	780.904
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-744.661	543.870
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	196.869	-603.662
6.01.02.11	Outras Obrigações	3.316.082	2.735.516
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-294.326	-189.357
6.01.02.13	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-7.836.380	2.119.499
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.455	-31.445
6.02.02	Inversões em Investimento	-32	-19
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-22.179	-39.639
6.02.04	Inversões em Intangível	-445	-204
6.02.05	Inversões em Bens Não de uso próprio	-204	-861
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	4.332	9.244
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	73	34
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-464.767	-473.317
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital próprio pagos	-71.377	-473.317
6.03.02	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-393.390	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.564.390	3.669.841
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.587.311	8.365.461
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.022.921	12.035.302

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	172.767	0	172.767
5.05	Destinações	0	0	0	172.617	-226.629	0	-54.012
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-54.012	0	-54.012
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	172.617	-172.617	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	11.278	-11.278	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	161.339	-161.339	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.598	0	1.598	63.937	63.937
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	161.491	161.491
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.598	0	1.598	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-97.554	-97.554
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	15.023	771.046	-52.264	-551.927	3.025.878

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	200.944	0	200.944
5.05	Destinações	0	0	0	-214.924	-173.819	0	-388.743
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-49.313	0	-49.313
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-214.924	-124.506	0	-339.430
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	7.907	-7.907	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	-185.429	185.429	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	3.061	-18.380	0	-15.319
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos em 2014 aprovados peça AGO/E	0	0	0	-40.463	-283.648	0	-324.111
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.241	0	1.743	-436.985	-437.483
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-143.259	-143.259
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-2.241	0	1.743	0	-498
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-293.726	-293.726
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	17.153	472.987	28.868	-620.481	2.742.527

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	5.089.428	5.608.304
7.01.01	Intermediação Financeira	4.010.669	4.964.704
7.01.02	Prestação de Serviços	1.571.103	1.543.370
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-577.599	-702.419
7.01.04	Outras	85.255	-197.351
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.518.485	-3.578.362
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-776.860	-664.560
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-63.020	-56.903
7.03.02	Serviços de Terceiros	-404.902	-349.337
7.03.04	Outros	-308.938	-258.320
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-182.991	-138.358
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-11.037	-27.014
7.03.04.03	Transportes	-20.471	-18.343
7.03.04.04	Segurança	-41.268	-34.038
7.03.04.05	Viagens	-10.142	-8.777
7.03.04.06	Outras	-43.029	-31.790
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.794.083	1.365.382
7.05	Retenções	-31.738	-30.328
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.738	-30.328
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.762.345	1.335.054
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.762.345	1.335.054
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.762.345	1.335.054
7.09.01	Pessoal	1.117.759	980.551
7.09.01.01	Remuneração Direta	779.456	698.142
7.09.01.02	Benefícios	279.787	231.815
7.09.01.03	F.G.T.S.	58.516	50.594
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	444.360	130.402
7.09.02.01	Federais	423.989	109.625
7.09.02.02	Estaduais	29	35
7.09.02.03	Municipais	20.342	20.742
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.459	23.157
7.09.03.01	Aluguéis	27.459	23.157
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	172.767	200.944
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	54.012	67.694
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	118.755	133.250

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 4,6 bilhões no terceiro trimestre de 2016, envolvendo 1.157.404 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito. No ano, até setembro, foi contratado o montante de R\$ 15,4 bilhões, totalizando 3.678.382 operações.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2016 foram contratadas 126.149 operações, somando R\$ 2,1 bilhões com recursos do Fundo.

No que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 117.671 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 546,2 milhões no terceiro trimestre de 2016.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foi contratado o valor de R\$ 461,5 milhões, com 113.999 operações realizadas com agricultores familiares.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 1,8 bilhão, contratando 955.251 operações no terceiro trimestre de 2016 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 2,2 bilhões no terceiro trimestre de 2016, contratando 1.069.250 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 566,1 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2016, em 13.005 operações.

Quanto ao resultado financeiro, o lucro líquido do BNB acumulado até setembro foi de R\$ 172,8 milhões, resultado 13,9% inferior ao obtido no mesmo período de 2015.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14/01/2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no terceiro trimestre de 2016, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Trimestres findos em 30 de Setembro de 2016 e de 2015
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "pro rata temporis".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Notas Explicativas

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido: contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de hedge e sobre a provisão para a ação trabalhista de equiparação de funções ao Banco do Brasil.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", plano de assistência médica, do tipo "benefício definido" e seguro de vida em grupo, do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 –

Notas Explicativas

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os trimestres findos em 30.09.2016 e 30.09.2015.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	01.01 a 30.09.2016			01.01 a 30.09.2015		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	3.302.679	2.384.812	5.687.491	4.233.609	1.859.829	6.093.438
Receitas de Operações de Crédito	1.519.026	-	1.519.026	1.809.832	-	1.809.832
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.161.600	1.448.714	2.610.314	1.201.420	958.498	2.159.918
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(216.751)	-	(216.751)	571.730	-	571.730
Resultado de Operações de Câmbio	65.526	-	65.526	409.346	-	409.346
Resultado de Aplicações Compulsórias	32.554	-	32.554	13.878	-	13.878
Outras Receitas	740.724	936.098	1.676.822	227.403	901.331	1.128.734
Despesas	(1.669.796)	(2.167.791)	(3.837.587)	(3.374.734)	(1.824.972)	(5.199.706)
Despesas de Captação no Mercado	(1.062.666)	-	(1.062.666)	(1.715.105)	-	(1.715.105)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(29.531)	(1.426.288)	(1.455.819)	(947.899)	(915.358)	(1.863.257)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(577.599)	(739.645)	(1.317.244)	(702.419)	(892.015)	(1.594.434)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	(1.117)	(1.117)	(9.311)	(17.024)	(26.335)
Provisão Proagro a Receber	-	(741)	(741)	-	(575)	(575)
Margem Financeira	1.632.883	217.021	1.849.904	858.875	34.857	893.732
Rendas de Prestação de Serviços	305.482	1.221.437	1.526.919	303.722	1.201.600	1.505.322
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	44.184	-	44.184	38.048	-	38.048
Pasep e Cofins	(80.572)	(107.756)	(188.328)	(64.734)	(104.746)	(169.480)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.901.977	1.330.702	3.232.679	1.135.911	1.131.711	2.267.622
Despesas Administrativas			(2.117.849)			(1.823.643)
Despesas de Pessoal			(1.281.792)			(1.105.598)
Depreciação e Amortização			(31.738)			(30.328)
Outras Despesas Administrativas			(804.319)			(687.717)
Outras Despesas			(763.542)			(362.740)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(108.104)			(66.249)
Lucro antes da Tributação e Participações			243.184			14.990
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(55.226)			219.179
Participações no Lucro			(15.191)			(33.225)
Lucro Líquido			172.767			200.944

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Disponibilidades em Moeda Nacional	109.082	151.549
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	29.054	58.426
Total da Disponibilidade de Caixa	138.136	209.975
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	7.963.572	12.377.336
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.101.708	12.587.311

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
a) Aplicações no Mercado Aberto	7.963.572	12.444.473
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	7.884.785	12.377.336
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	78.787	67.137
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	635
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	635
Total	7.963.572	12.445.108
Saldo de Curto Prazo	7.963.572	12.445.108

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	914.486	841.058
Posição Bancada	907.515	834.540
Posição Financiada	6.971	6.518
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	-	2.419
Total	914.486	843.477

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Títulos Disponíveis para Venda	19.532.430	11.543.732
Títulos Mantidos até o Vencimento	182.238	173.065
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	413.605	610.474
Total	20.128.273	12.327.271
Saldo de Curto Prazo	4.113.842	253.302
Saldo de Longo Prazo	16.014.431	12.073.969

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.09.2016								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	2.080.908	1.700.521	15.388.466	19.806.839	19.169.895	(636.944)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.912.876	1.435.140	12.292.907	15.659.439	15.640.923	(18.516)	2017 a 2022
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.528.650	1.501.863	1.528.650	26.787	2050
Letras Financeiras	-	-	146.885	265.275	1.484.028	1.939.970	1.896.188	(43.782)	2016 a 2019
Debêntures	-	-	21.121	-	77.318	666.305	98.439	(567.866)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.241	5.222	5.241	19	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.434	-	(33.434)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	26	106	322	606	454	(152)	2016 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	315	-	-	-	-	1.863	315	(1.548)	
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.548	-	(1.548)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	302	-	-	-	-	302	302	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	13	-	-	-	-	13	13	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	27.317	-	-	-	-	8.745	27.317	18.572	
Outros Incentivos Fiscais – Finor	78	-	-	-	-	163	78	(85)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	27.239	-	-	-	-	8.582	27.239	18.657	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	304.781	-	30.122	335.677	334.903	(774)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	278.463	-	7.209	285.682	285.672	(10)	2017 a 2022
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	846	-	(846)	1993
Debêntures	-	-	-	-	22.913	22.764	22.913	149	2019
Letras Financeiras	-	-	26.318	-	-	26.385	26.318	(67)	2016
Total da Categoria	27.632	-	2.385.689	1.700.521	15.418.588	20.153.124	19.532.430	(620.694)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								284.103	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(19.575)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(356.166)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 223.157 (R\$ 202.078 em 31.12.2015); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.535 (R\$ 2.295 em 31.12.2015); Garantias em Processos Judiciais R\$ 86.210 (R\$ 202.124 em 31.12.2015); e Demais Garantias R\$ 23.001 (R\$ 20.828 em 31.12.2015).

Especificação	31.12.2015								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	85.314	132.584	10.889.990	11.984.335	11.107.888	(876.447)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.792	7.978.725	7.979.876	7.980.517	641	2016 a 2021
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.199.577	1.437.494	1.199.577	(237.917)	2050
Letras Financeiras	-	-	85.303	130.767	1.570.136	1.827.555	1.786.206	(41.349)	2016 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	135.847	702.235	135.847	(566.388)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.553	5.534	5.553	19	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	31.383	-	(31.383)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	11	25	152	258	188	(70)	2016 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	253	-	-	-	-	1.741	253	(1.488)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.488	-	(1.488)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	246	-	-	-	-	246	246	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	7	-	-	-	-	7	7	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	8.266	-	-	-	-	8.745	8.266	(479)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	124	-	-	-	-	163	124	(39)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.142	-	-	-	-	8.582	8.142	(440)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	25.491	401.834	440.216	427.325	(12.891)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	376.244	376.229	376.244	15	2017 a 2020
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	794	-	(794)	1993
Debêntures	-	-	-	-	25.590	37.886	25.590	(12.296)	2019 a 2035
Letras Financeiras	-	-	-	25.491	-	25.307	25.491	184	2016
Total da Categoria	8.519	-	85.314	158.075	11.291.824	12.435.037	11.543.732	(891.305)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								375.256	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(1.614)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(517.663)	

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 620.694) ((R\$891.305) em 31.12.2015). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 356.166) ((R\$ 517.663) em 31.12.2015).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.09.2016							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	182.238	182.238	136.616	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	153.258	153.258	107.636	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.676	10.676	10.676	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	7.289	7.289	7.289	2023
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	531	531	531	2025
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.121	10.121	10.121	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	363	363	363	2022
Total da Categoria	-	-	-	-	182.238	182.238	136.616	

Especificação	31.12.2015							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	480	-	172.585	173.065	85.545	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	480	-	-	480	480	2016
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	144.415	144.415	56.895	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.312	10.312	10.312	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	4.416	4.416	4.416	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.371	13.371	13.371	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	71	71	71	2022
Total da Categoria	-	-	480	-	172.585	173.065	85.545	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 3º trimestre de 2016 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e BM&FBovespa;
- 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
- 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	914.486	841.058
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	-	2.419
Títulos de Renda Fixa	1.695.060	1.315.672
Títulos de Renda Variável	768	769
Total	2.610.314	2.159.918

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2016, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor notional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.09.2016								
Especificação	Valor Notional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	413.605	-	376.488	-	37.117	-	37.117
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	413.605	-	376.488	-	37.117	-	37.117
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(14.847)

Composição em 31.12.2015								
Especificação	Valor Notional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(9.250)

Especificação	30.09.2016		31.12.2015	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	-	-	-	-
1 a 3 anos	413.605	-	-	-
3 a 5 anos	-	-	610.474	-
Total	413.605	-	610.474	-

c.1) IFD classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.09.2016				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	991.258	614.769	1.028.375	614.769	37.117
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	991.376		1.028.378		37.002
Crédito Tributário (Nota 21.b)					14.800

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 2.502, sobre os juros da operação.

Notas Explicativas

Especificação	31.12.2015				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.179.697	592.349	1.202.823	592.349	23.126
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes (Nota 15.a)	1.179.697		1.202.843		23.146
Crédito Tributário (Nota 21.b)					9.258

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.180, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge (Eurobonds – Senior Unsecured Notes)* e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge, Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com IFD

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Swap	(216.751)	571.730
Total	(216.751)	571.730

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2016			31.12.2015		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	110.701	-	110.701	91.341	-	91.341
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	100.553	-	100.553	82.268	-	82.268
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	69.324	(4.325)	64.999	72.062	(27.513)	44.549
Tesouro Nacional - Crédito Rural	636	(630)	6	692	(588)	104
Total	281.214	(4.955)	276.259	246.363	(28.101)	218.262
Saldo de Curto Prazo	211.260	(6)	211.254	174.298	(587)	173.711
Saldo de Longo Prazo	69.954	(4.949)	65.005	72.065	(27.514)	44.551

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	5.357	10.487
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	3.870	3.527
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	53	47
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	23.274	(183)
Total	32.554	13.878

Notas Explicativas

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.09.2016		31.12.2015	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	12.363.618	(1.171.569)	13.122.320	(922.410)
Curto Prazo	5.195.871	(634.774)	5.977.524	(501.165)
Longo Prazo	7.167.747	(536.795)	7.144.796	(421.245)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	629.208	(205.137)	715.953	(205.463)
Curto Prazo	626.679	(205.137)	506.014	(205.463)
Longo Prazo	2.529	-	209.939	-
Total	12.992.826	(1.376.706)	13.838.273	(1.127.873)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Adiantamentos a Depositantes	787	431
Empréstimos	5.335.858	5.761.392
Títulos Descontados	44.274	61.821
Financiamentos	2.396.846	2.303.910
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	6.854	226.222
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	537.522	478.527
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.875.356	1.767.956
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.165.878	2.521.818
Subtotal de Operações de Crédito	12.363.618	13.122.320
Avais e Fianças Honorados	-	146
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	37.604	28.298
Devedores por Compra de Valores e Bens	3.730	4.363
Títulos e Créditos a Receber	85.160	108.054
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	502.714	575.092
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	629.208	715.953
Total	12.992.826	13.838.273

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Empréstimos e Títulos Descontados	849.849	644.787
Financiamentos	443.876	921.172
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	164.521	154.743
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	60.662	87.997
Outros Valores	118	1.133
Total	1.519.026	1.809.832

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2016	Total em 31.12.2015
Rural	4.463	1.274	2.628	4.028	21.033	1.746.802	1.780.228	1.679.835
Indústria	94.559	67.733	72.568	167.873	249.694	1.923.999	2.576.426	2.758.683
Governo	15.558	15.468	20.660	67.431	92.806	1.174.404	1.386.327	1.624.916
Outros Serviços	114.512	130.609	94.013	377.516	267.562	1.342.626	2.326.838	2.319.861
Comércio	752.373	637.702	510.527	803.426	426.549	600.775	3.731.352	4.401.314
Intermediários Financeiros	11	9	9	27	44	93	193	479
Habitação	232	70	37	49	55	496	939	757
Pessoas Físicas	27.920	10.073	7.943	11.750	22.215	15.906	95.807	104.541
Total	1.009.628	862.938	708.385	1.432.100	1.079.958	6.805.101	11.898.110	12.890.386

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Notas Explicativas

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.09.2016	Total em 31.12.2015
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	1.767	588	786	2.611	5.471	27.313	38.536	29.108
Indústria	4.501	4.313	4.904	11.568	22.992	93.895	142.173	81.414
Outros Serviços	9.869	9.511	8.747	24.300	45.357	152.476	250.260	223.173
Comércio	26.227	21.442	17.026	34.428	48.260	89.901	237.284	185.359
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	21
Pessoas Físicas	268	376	346	724	1.331	1.590	4.635	4.716
Total	42.632	36.230	31.809	73.631	123.411	365.175	672.888	523.791

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincidas						Total em 30.09.2016	Total em 31.12.2015
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Rural	308	37	554	865	1.616	49.737	53.117	53.382
Indústria	1.903	3.502	6.378	6.207	15.024	12.708	45.722	50.825
Outros Serviços	4.085	5.667	21.282	70.504	24.199	39.644	165.381	182.454
Comércio	4.443	18.594	19.701	15.503	33.173	45.290	136.704	122.980
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	42	0	42	7
Habitação	-	8	60	30	-	353	451	267
Pessoas Físicas	77	2.342	2.298	1.874	5.604	8.216	20.411	14.181
Total	10.816	30.150	50.273	94.983	79.658	155.948	421.828	424.096

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2016				31.12.2015			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.276.565	-	5.276.565	-	5.218.780	-	5.218.780	-
A	3.398.275	-	3.398.275	(16.991)	4.554.399	-	4.554.399	(22.772)
B	1.891.789	70.210	1.961.999	(19.620)	2.358.464	56.382	2.414.846	(24.148)
C	154.098	114.366	268.464	(8.054)	79.931	116.073	196.004	(5.880)
D	343.903	116.329	460.232	(46.023)	90.151	91.298	181.449	(18.145)
E	175.716	96.537	272.253	(81.676)	61.303	106.863	168.166	(50.450)
F	65.564	118.617	184.181	(92.090)	26.978	75.339	102.317	(51.158)
G	103.587	91.766	195.353	(136.748)	18.055	138.587	156.642	(109.650)
H	488.613	486.891	975.504	(975.504)	482.325	363.345	845.670	(845.670)
Total	11.898.110	1.094.716	12.992.826	(1.376.706)	12.890.386	947.887	13.838.273	(1.127.873)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.127.873	890.703
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	577.473	1.002.375
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(328.640)	(765.205)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.376.706	1.127.873
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	46.804	46.458
(+) Provisão Líquida no Período	338	701
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(217)	(355)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.925	46.804
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.423.631	1.174.677

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	560.982	546.167
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	33.659	156.308
(+) Reversão de Provisões Operacionais	(17.168)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	577.473	702.475
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	208	168
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(82)	(224)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	577.599	702.419

Notas Explicativas

f) Concentração de Crédito

Especificação	30.09.2016		31.12.2015	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.636.849	20,30	2.780.430	20,09
11 a 60 maiores devedores	2.562.021	19,72	2.777.650	20,07
61 a 160 maiores devedores	1.025.458	7,89	1.080.185	7,81
Demais clientes	6.768.498	52,09	7.200.008	52,03
Total	12.992.826	100	13.838.273	100

g) No período de 01.01.2016 a 30.09.2016 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 60.662 (R\$ 87.997 em 30.09.2015) e as renegociações importaram em R\$ 995.941 (R\$ 700.402 em 30.09.2015).

h) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.09.2016, um efeito positivo no valor de R\$ 4.384 (R\$ 24.679 em 30.09.2015), a seguir demonstrado. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo FNE.

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Efetivação de Rendas	2.603	14.221
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	1.826	12.881
Despesas com Deságios	(28)	(345)
Efeito Líquido de Provisões	(17)	(2.078)
Total	4.384	24.679

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
a) Crédito por Avais e Fianças Honrados	-	146
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	597.435	818.089
c) Rendas a Receber	30.189	31.124
d) Negociação e Intermediação de Valores	12	4
e) Diversos	3.165.113	3.152.430
Créditos Tributários sobre Provisões (Nota 21.b)	1.629.959	1.459.663
Créditos Tributários sobre TVM, IFD e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	298.903	384.514
Devedores por Depósitos em Garantia	683.350	669.802
Impostos e Contribuições a Compensar	227.121	278.553
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	85.160	108.054
Adiantamentos e Antecipações Salariais	33.055	2.473
Pagamentos a Ressarcir	12.716	10.876
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	-	12
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	-	18
Outros Valores	168.101	211.717
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(252.062)	(252.267)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(205.137)	(205.463)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.925)	(46.804)
Total	3.540.687	3.749.526
Saldo de Curto Prazo	2.602.772	3.344.533
Saldo de Longo Prazo	937.915	404.993

Notas Explicativas**NOTA 11 – Carteira de Câmbio****a) Composição**

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	558.168	786.236
Direitos sobre Vendas de Câmbio	1.670	4.009
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(7)	(454)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	37.604	28.298
Ativo Circulante (Nota 10.b)	597.435	818.089
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)		
Obrigações por Compras de Câmbio	504.733	575.092
Câmbio Vendido a Liquidar	1.681	3.977
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(502.714)	(575.092)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	3.700	3.977

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Rendas de Câmbio	66.687	410.002
Despesas de Câmbio	(1.161)	(656)
Total	65.526	409.346

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.09.2016			30.09.2016		30.09.2015
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.214	32	-	1.246	1.246	1.246	1.246
Total	1.866	32	-	1.898	1.898	1.898	1.898

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.09.2016			30.09.2016			30.09.2015	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	91.421	1.674	-	(7.669)	85.426	260.083	(174.657)	85.426	93.844
Sistema de Processamento de Dados	60.804	9.573	(2.635)	(16.652)	51.090	146.008	(94.918)	51.090	59.410
Móveis e Equipamentos de Uso	28.000	7.752	(1.194)	(4.133)	30.425	76.181	(45.756)	30.425	27.425
Terrenos	17.631	-	-	-	17.631	17.631	-	17.631	17.025
Instalações	4.933	1.935	(19)	(985)	5.864	20.995	(15.131)	5.864	5.181
Sistema de Comunicação	49	14	(5)	(11)	47	316	(269)	47	56
Sistema de Segurança	8.689	1.230	(480)	(1.198)	8.241	20.525	(12.284)	8.241	8.541
Sistema de Transporte	4.449	-	-	(1.053)	3.396	14.365	(10.969)	3.396	5
Total	215.976	22.178	(4.333)	(31.701)	202.120	556.104	(353.984)	202.120	211.487

c) Diferido

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.09.2016			30.09.2016			30.09.2015	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	37	-	-	(37)	-	37	(37)	-	55
Total	37	-	-	(37)	-	37	(37)	-	55

d) Intangível

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.09.2016			30.09.2016		30.09.2015	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.610	446	-	-	17.056	17.056	17.056	16.610
Total	16.610	446	-	-	17.056	17.056	17.056	16.610

e) No 3º trimestre, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2016	Total em 31.12.2015
Depósitos a Vista	263.267	-	-	-	-	-	263.267	333.005
Depósitos a Vista	263.267	-	-	-	-	-	263.267	333.005
Depósitos de Poupança	2.067.252	-	-	-	-	-	2.067.252	1.854.853
Depósitos Interfinanceiros	495.956	477.744	105.741	7.151	-	-	1.086.592	1.208.803
Depósitos a Prazo	1.247.757	1.207.484	2.434.849	751.031	1.297.684	21.471	6.960.276	7.354.086
Depósitos a Prazo	718.869	1.165.634	1.963.180	617.267	1.181.257	21.471	5.667.678	5.606.108
Depósitos Judiciais com Remuneração	512.870	-	-	-	-	-	512.870	888.708
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	395.101	55.327	55.327	-	505.755	526.143
FAT- Recursos Disponíveis	5.309	15.026	2.732	2.649	2.124	-	27.840	37.932
FAT- Recursos Aplicados	10.409	26.824	73.836	75.534	58.976	-	245.579	294.431
Outros	300	-	-	254	-	-	554	764
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	66.895	240.478	599	1.010.862	-	-	1.318.834	1.419.472
Eurobonds	20.018	-	-	1.010.862	-	-	1.030.880	1.204.023
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	46.877	240.478	599	-	-	-	287.954	215.449
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-	-	-	-	-	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.956.040	1.956.040	1.792.282
Total	4.141.127	1.925.706	2.541.189	1.769.044	1.297.684	2.977.511	14.652.261	15.463.677
Saldo de Curto Prazo							6.066.833	6.038.315
Saldo de Longo Prazo							8.585.428	9.425.362

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Depósitos a Vista	263.267	333.005
Depósitos de Governos	6.614	4.772
Depósitos Vinculados	128.693	166.320
Pessoas Jurídicas	95.921	120.821
Pessoas Físicas	31.717	40.376
Outros Valores	322	716
Depósitos de Poupança	2.067.252	1.854.853
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.343.917	1.280.523
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	722.510	573.630
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	825	700
Depósitos Interfinanceiros	1.086.592	1.208.803
Depósitos a Prazo	6.960.276	7.354.086
Depósitos a Prazo	5.667.678	5.606.108
Depósitos Judiciais com Remuneração	512.870	888.708
Outros Depósitos a Prazo	779.728	859.270
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)	273.419	332.363
Recursos Disponíveis (Nota 26)	27.840	37.932
Proger Urbano	2.105	2.945
Protrabalho	249	1.282
Infraestrutura	22.932	25.820
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	2.554	7.885
Recursos Aplicados (Nota 26)	245.579	294.431
Proger Urbano	13.595	17.575
Protrabalho	67.055	75.188
Infraestrutura	69.664	98.068
PNMPO	95.265	103.600
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	505.755	526.143
Outros Valores	554	764
Total	10.377.387	10.750.747
Saldo de Curto Prazo	5.759.460	5.720.863
Saldo de Longo Prazo	4.617.927	5.029.884

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Carteira Própria	819.493	1.604.106
Letras Financeiras do Tesouro	819.493	1.604.106
Carteira de Terceiros	78.787	67.137
Notas do Tesouro Nacional	78.787	67.137
Total	898.280	1.671.243
Saldo de Curto Prazo	895.587	1.541.765
Saldo de Longo Prazo	2.693	129.478

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.09.2016	01.01. a 30.09.2015
Despesas de Captações	(914.928)	(1.552.222)
Depósitos a Prazo	(535.870)	(567.890)
Depósitos de Poupança	(84.656)	(80.136)
Depósitos Judiciais	(49.236)	(65.773)
Depósitos Interfinanceiros	(40.257)	(43.157)
Depósitos Especiais	(66.729)	(64.048)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(129.330)	(721.477)
Outros Depósitos	(8.850)	(9.741)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(147.738)	(162.883)
Carteira de Terceiros	(6.971)	(6.501)
Carteira Própria	(140.767)	(156.382)
Total	(1.062.666)	(1.715.105)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2016	Total em 31.12.2015
Empréstimos no Exterior	188.715	344.964	-	-	-	-	533.679	1.000.882
Repasses do País	49.623	107.357	336.788	361.698	638.401	208.550	1.702.417	1.709.146
Repasses do Exterior	51.720	90.713	253.131	259.205	154.884	-	809.653	1.080.383
Total	290.058	543.034	589.919	620.903	793.285	208.550	3.045.749	3.790.411
Saldo de Curto Prazo							833.092	1.320.257
Saldo de Longo Prazo							2.212.657	2.470.154

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2016	31.12.2015
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	533.679	1.000.882
Total		533.679	1.000.882
Saldo de Curto Prazo		533.679	1.000.882
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2016	31.12.2015
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	450	426
BNDES		1.578.476	1.567.324
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	1.179.857	1.199.931
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola		398.619	367.393
Finame		123.491	141.396
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	101.407	120.862
Programa Agrícola		22.084	20.534
Total (Nota 28.a.1)		1.702.417	1.709.146
Saldo de Curto Prazo		156.980	150.552
Saldo de Longo Prazo		1.545.437	1.558.594

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2016	31.12.2015
BID-Prodetur I	USD + 4,92	333.554	452.848
BID-Prodetur II	USD + 1,92	469.343	618.220
BID-Outros Programas	USD + 1,92	6.756	9.315
Total		809.653	1.080.383
Saldo de Curto Prazo		142.433	168.823
Saldo de Longo Prazo		667.220	911.560

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2016	01.01. a 30.09.2015
Despesas de Obrigações por Repasses	(150.963)	(532.373)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(122.002)	(111.758)
Tesouro Nacional	(22)	(61)
BNDES	(117.659)	(107.284)
Finame	(4.321)	(4.413)
Despesas de Repasses do Exterior	(28.961)	(420.615)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(22.581)	(508.963)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.282.275)	(821.921)
Total	(1.455.819)	(1.863.257)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2016 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.09.2016 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2015 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	993.878	1.030.880	1.204.023
Total				300.000	993.878	1.030.880	1.204.023
Saldo de Curto Prazo						20.018	9.436
Saldo de Longo Prazo						1.010.862	1.194.587

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.09.2016	31.12.2015
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	85,33% CDI	272.657	287.954	215.449
Saldo de Curto Prazo			287.954	215.449

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 194 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.475	2.312
Recursos do Proagro	136	119
Recebimento de Tributos Federais	50.452	-
IOF a Recolher	1.269	1.912
Outros Tributos e Assemelhados	618	281
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	3.700	3.977
c) Sociais e Estatutárias	11.521	46.661
Dividendos e Bonificações a Pagar	600	18.296
Participações nos Lucros	10.921	28.365
d) Fiscais e Previdenciárias	496.429	583.927
Provisão para Riscos Fiscais	62.339	47.584
Impostos e Contribuições	1.262	1.069
Causas Fiscais (Nota 22.h.1)	61.077	46.515
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	135.630	113.426
TVM e IFD (Nota 21.c)	34.422	10.864
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	2.741	4.048
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.c)	98.467	98.514
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	226.822	339.231
Imposto de Renda	123.746	197.057
Contribuição Social ⁽¹⁾	103.076	142.174
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	71.638	83.686
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	117
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	15.946.830	12.324.184
FNE (Nota 28.a.1)	14.966.666	11.332.783
Outros Valores	980.164	991.401
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)	-	1.501.176
h) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.000.000	-
i) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	1.956.040	1.792.282
j) Diversas	5.379.399	4.679.504
Provisão para Passivos Contingentes	3.507.344	3.226.238
Causas Trabalhistas (Nota 22.h.1.iv)	173.632	249.461
Causas Cíveis (Nota 22.h.1.v)	156.052	142.592
Outras Causas (Nota 22.h.1.vi)	850	720
FNE (Nota 22.h.2.i)	3.161.732	2.792.367
Repasses	1.140	999
Risco Integral BNB	146.918	133.088
Risco Compartilhado	3.013.674	2.658.280

Notas Explicativas

FDNE (Nota 22.h.2.ii)	684	654
Proagro (Nota 22.h.2.iii)	1.045	2.644
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.h.2.iv)	13.349	37.800
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.606.323	1.263.375
Benefícios a Empregados	1.209.004	1.064.959
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24.b e 28.a.2)	339.721	235.477
Plano de Assistência Médica (Notas 24.b e 28.a.2)	804.728	772.977
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24.b e 28.a.2)	64.555	56.505
Despesa de Pessoal	235.591	161.263
Outros Valores	59.824	37.153
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	101.904	-
Outros Valores	265.732	189.891
Total	24.846.547	20.934.140
Saldo de Curto Prazo	8.055.630	7.110.820
Saldo de Longo Prazo	16.790.917	13.823.320

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2016	31.12.2015
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 27.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 27.a.1)	1.000.000			1.000.000	-
Saldo de Curto Prazo				-	92.567
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.408.609

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida firmado com a União. O Banco está solicitando ao Bacen autorização para que o referido contrato de novação e confissão de dívida seja considerado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal.

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾ (Notas 16.i)	1.956.040	1.792.282
Recursos disponíveis	1.388.812	1.181.091
Recursos aplicados	567.228	611.191
Total (Nota 28.a.1)	1.956.040	1.792.282

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2015), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 30.09.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.068	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.200	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.037.781	2,36
Total	86.371.464	100,00

Composição em 31.12.2015		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.368	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.229.500	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.029.181	2,36
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 15.023 (R\$ 16.621 em 31.12.2015) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. Até o 3º trimestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 2.741 (R\$ 2.275 em 31.12.2015) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Notas Explicativas

c) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – 1º semestre de 2016

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08.08.2016, foi aprovado o pagamento antecipado de JCP imputados ao valor do dividendo, de 25,00% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre, no valor de R\$ 54.012. O referido benefício foi pago em 29.08.2016. O total dos JCP distribuídos sobre o lucro líquido apurado em 30.06.2016 proporcionou, na mesma posição, redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 23.981.

d) Pagamento de JCP do exercício de 2015

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2016, foi aprovada a distribuição de JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2015, de R\$ 17.778. O pagamento dos JCP ocorreu em 22.04.2016.

e) Demonstrativo de cálculo dos JCP referentes ao período de nove meses:

Especificação	01.01. a 30.09.2016	01.01. a 30.09.2015
1. Lucro Líquido do Período	172.767	200.944
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.598	1.743
3. Lucro Líquido Ajustado	174.365	202.687
4. Reserva Legal calculada ⁽¹⁾	(8.638)	(10.030)
5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	165.727	192.657
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	54.012	67.694
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(165)	(204)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	53.847	67.490

⁽¹⁾ A Reserva Legal é reconhecida a cada balanço patrimonial. O valor acima calculado destina-se à apuração da Base de Cálculo dos Dividendos e JCP

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre. No 1º semestre de 2016 foi de R\$ 11.278.

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos. No 1º semestre de 2016, foi constituído o valor de R\$ 161.339.

h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	161.491	(249.211)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(97.554)	(183.157)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	63.937	(432.368)

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.09.2016	01.01. a 30.09.2015
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.526.919	1.505.322
Administração de Fundos de Investimentos	22.848	22.306
Administração de Fundos e Programas	1.234.924	1.216.203
Prestação de Serviços	269.147	266.813
b) Rendas de Tarifas Bancárias	44.184	38.048
c) Despesas de Pessoal	(1.281.792)	(1.105.598)
Proventos	(754.330)	(655.165)
Encargos Sociais	(278.185)	(236.047)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(63.206)	(49.764)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(73.914)	(56.931)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(3.561)	(3.775)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(108.596)	(103.916)
d) Outras Despesas Administrativas	(836.057)	(718.045)
Processamento de Dados	(159.414)	(115.900)
Propaganda e Publicidade	(4.489)	(17.919)
Serviços de Terceiros	(360.825)	(304.270)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(55.611)	(49.651)
Viagens	(10.142)	(8.777)
Comunicações	(23.577)	(22.458)
Depreciação e Amortização	(31.738)	(30.328)
Manutenção e Conservação de Bens	(34.868)	(30.409)
Vigilância, Segurança e Transporte	(61.739)	(52.381)

Notas Explicativas

Promoções, Relações Públicas e Publicações	(6.548)	(9.095)
Serviços do Sistema Financeiro	(23.867)	(20.253)
Serviços Técnicos Especializados	(20.210)	(24.814)
Seguros	(2.362)	(1.842)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(28.960)	(16.721)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.755)	(1.680)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(4.171)	(3.680)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(1.000)	-
Outros Valores	(4.781)	(7.867)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(209.911)	(191.307)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(188.351)	(169.503)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(19.302)	(19.798)
Outros Valores	(2.258)	(2.006)
f) Outras Receitas Operacionais	1.676.342	1.127.089
“Del credere” de Fundos Administrados	941.678	906.476
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	345.376	12.281
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	230.940	-
Variação Cambial Negativa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	12.115	-
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1	67
Recuperação de Encargos e Despesas	4.220	9.328
Reversão de Provisões de CSLL e IR	299	-
Reversão de Provisões Operacionais	36.835	112.823
Juros e Comissões	9.856	5.809
Correção Monetária	2.546	728
Resultado da Marcação a Mercado	22.138	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	35.140	37.042
Outros Valores	35.198	42.535
g) Outras Despesas Operacionais	(1.591.566)	(1.326.086)
Variação Cambial da Área de Câmbio	-	(7.955)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(368.937)	(4.421)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(46)	(1)
Descontos Concedidos em Renegociações	(1.062)	(814)
Encargos de Operações de Crédito	(2.573)	(1.619)
Riscos Fiscais	(16.258)	(8.204)
Riscos com Operações do FNE	(739.645)	(892.015)
Riscos com Operações do FDNE	(30)	(42)
Causas Trabalhistas	(61.987)	(23.823)
Causas Cíveis	(29.729)	(34.088)
Outras Causas	(130)	(132)
Outros Passivos Contingentes	(1.117)	(26.335)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(20.213)	(164.851)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(101.904)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(120.979)	(88.459)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(42.779)	(47.422)
Outros Valores	(84.177)	(25.905)
Total	(671.882)	(670.577)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	243.184	14.990	243.184	14.990
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(39.098)	141.226	-	-
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(15.191)	(33.225)	(15.191)	(33.225)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(54.012)	(67.694)	(54.012)	(67.694)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	134.883	55.297	173.981	(85.929)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	39.098	(141.226)	-	-
Adições/Exclusões Permanentes	(14.852)	(2.727)	(14.436)	(2.272)
Adições/Exclusões Temporárias	355.834	756.934	355.834	756.934
Resultado Tributável	514.963	668.278	515.379	668.733
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(128.723)	(167.052)	(103.076)	(105.469)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.978	8.221	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	726	726	581	436
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(123.019)	(158.105)	(102.495)	(105.033)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(6.220)	(2.824)	670	(4.369)
Provisão para IRPJ e CSLL	(129.239)	(160.929)	(101.825)	(109.402)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de <i>Hedge</i>	113.110	238.882	62.728	250.628
Total de IRPJ/CSLL	(16.129)	77.953	(39.097)	141.226
Alíquota Efetiva (%)	(11,96)	(90,72)	(22,47)	(164,35)
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	123.019	196.089	102.495	141.545
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	726	968	581	775
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	123.746	197.057	103.076	142.320
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(117.686)	(171.402)	(97.561)	(89.679)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	6.060	25.655	5.515	52.641

Notas Explicativas

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado de TVM, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre IFD.

Especificação	30.09.2016		31.12.2015		30.09.2016		31.12.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total			
Efeito no Resultado								
a) Provisões								
Saldo Inicial	843.437	616.226	588.762	353.271	1.459.663	942.033		
Constituição	335.611	268.504	494.483	296.704	604.115	791.187		
Realização/Reversão	(225.965)	(207.854)	(239.808)	(33.749)	(433.819)	(273.557)		
Saldo Final (Nota 10.e)	953.083	676.876	843.437	616.226	1.629.959	1.459.663		
b) Instrumentos Financeiros Derivativos								
Saldo Inicial	-	-	2.078	1.247	-	3.325		
Constituição	8.919	5.352	47.555	31.062	14.271	78.617		
Realização/Reversão	(8.919)	(5.352)	(49.633)	(32.309)	(14.271)	(81.942)		
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	-	-	-	-		
c) Item Objeto de Hedge								
Saldo Inicial	5.786	3.472	(590)	(354)	9.258	(944)		
Constituição	26.004	15.602	104.824	65.429	41.606	170.253		
Realização/Reversão	(22.540)	(13.524)	(98.448)	(61.603)	(36.064)	(160.051)		
Saldo Final (Nota 7.c.1)	9.250	5.550	5.786	3.472	14.800	9.258		
Efeito no Patrimônio Líquido								
d) TVM								
Saldo Inicial	223.773	151.483	112.325	67.396	375.256	179.721		
Constituição	413.684	303.029	549.851	368.466	716.713	918.317		
Realização/Reversão	(470.631)	(337.235)	(438.403)	(284.379)	(807.866)	(722.782)		
Saldo Final (Nota 7.a.2)	166.826	111.277	223.773	151.483	284.103	375.256		

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
1. Total das Diferenças Temporárias	5.965.733	5.809.498	5.965.733	5.809.498
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.491.433	1.452.374	1.175.112	1.133.207
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	953.083	843.437	676.876	616.226
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	176.076	229.559	122.827	154.955
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.129.159	1.072.996	799.703	771.181
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	362.274	379.378	375.410	362.025

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.09.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IRPJ		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	217.069	195.416	173.656	156.333	390.725	351.749
2017	12,65	223.535	178.640	178.828	142.912	402.363	321.552
2018	11,37	84.470	60.614	67.576	48.490	152.046	109.104
2019	10,88	90.490	58.561	54.293	35.138	144.783	93.699
2020	10,51	190.510	111.565	114.306	66.939	304.816	178.504
1º Sem/21	10,51	147.009	143.382	88.217	86.039	235.226	229.421
Total		953.083	748.178	676.876	535.851	1.629.959	1.284.029

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2016.

Notas Explicativas

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado de TVM, de IFD e de Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IRPJ		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	67.861	67.861	54.289	54.289	122.150	122.150
2017	891	891	713	713	1.604	1.604
2018	17.151	17.151	13.721	13.721	30.872	30.872
2019	13.666	13.666	8.199	8.199	21.865	21.865
2020	246	246	149	149	395	395
1º Sem/21	76.261	76.261	45.756	45.756	122.017	122.017
Total	176.076	176.076	122.827	122.827	298.903	298.903

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2016 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IRPJ		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	284.930	263.277	227.945	210.622	512.875	473.899
2017	224.426	179.531	179.541	143.625	403.967	323.156
2018	101.621	77.765	81.297	62.211	182.918	139.976
2019	104.156	72.227	62.492	43.337	166.648	115.564
2020	190.758	111.813	114.454	67.087	305.212	178.900
1º Sem/21	223.268	219.643	133.974	131.795	357.242	351.438
Total	1.129.159	924.256	799.703	658.677	1.928.862	1.582.933

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2016		31.12.2015		30.09.2016	31.12.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	5.781	3.469	1.573	944	9.250	2.517
Constituição	14.318	8.591	54.535	32.721	22.909	87.256
Realização/Reversão	(10.820)	(6.492)	(50.327)	(30.196)	(17.312)	(80.523)
Saldo Final (Nota 7.c)	9.279	5.568	5.781	3.469	14.847	9.250
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	2.249	1.799	3.217	1.930	4.048	5.147
Constituição	-	-	-	450	-	450
Realização/Reversão	(726)	(581)	(968)	(581)	(1.307)	(1.549)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.523	1.218	2.249	1.799	2.741	4.048
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	56.342	42.172	23.481	14.088	98.514	37.569
Constituição	2.818	1.887	32.991	28.163	4.705	61.154
Realização/Reversão	(97)	(4.655)	(130)	(79)	(4.752)	(209)
Saldo Final (Nota 16.d)	59.063	39.404	56.342	42.172	98.467	98.514
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	947	667	472	283	1.614	755
Constituição	44.412	27.833	18.307	11.200	72.245	29.507
Realização/Reversão	(33.708)	(20.576)	(17.832)	(10.816)	(54.284)	(28.648)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	11.651	7.924	947	667	19.575	1.614

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Notas Explicativas

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, Item Objeto de *Hedge* e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	4.664	3.731	8.395
2019	9.469	5.682	15.151
1º Sem/21	6.797	4.079	10.876
Total	20.930	13.492	34.422

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	242	218	194	174	436	392
2017	12,65	968	774	775	619	1.743	1.393
2018	11,37	313	224	249	180	562	403
Total		1.523	1.216	1.218	973	2.741	2.188

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	2.316	2.085	1.853	1.668	4.169	3.753
2017	12,65	9.875	8.890	7.899	7.112	17.774	16.002
2018	11,37	7.639	6.877	6.111	5.502	13.750	12.379
2019	10,88	6.171	5.555	3.703	3.333	9.874	8.888
2020	10,51	5.030	4.528	3.018	2.717	8.048	7.245
1º Sem/21	10,51	28.032	25.237	16.820	15.142	44.852	40.379
Total		59.063	53.172	39.404	35.474	98.467	88.646

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 30.09.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	7.222	5.778	13.000
2017	10.843	8.674	19.517
2018	7.952	6.360	14.312
2019	15.640	9.385	25.025
2020	5.030	3.018	8.048
1º Sem/21	34.829	20.899	55.728
Total	81.516	54.114	135.630

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(188.351)	(169.503)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(19.302)	(19.798)
Outros Valores	(2.258)	(2.006)
Total (Nota 20.e)	(209.911)	(191.307)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das
- b) provisões, ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução do CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.

Notas Explicativas

- c) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- d) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.09.2016		31.12.2015	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	1.262	1.262	1.069	1.069
a.2) Causas Fiscais	2.013.974	61.077	1.905.981	46.515
i) Obrigação Legal (Nota 22.h.1.ii)	331	331	266	266
ii) Outras Obrigações-Diversas (Nota 22.h.1)	2.013.643	60.746	1.905.715	46.249
Provável	60.746	60.746	46.249	46.249
Possível	1.813.538	-	1.723.467	-
Remota ⁽¹⁾	139.359	-	135.999	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	444.430	173.632	449.384	249.461
Provável (Nota 16.j)	173.632	173.632	249.461	249.461
Possível	138.421	-	99.988	-
Remota	132.377	-	99.935	-
b.2) Causas Cíveis	5.291.294	156.052	4.670.770	142.592
Provável (Nota 16.j)	156.052	156.052	142.592	142.592
Possível	1.208.764	-	1.035.412	-
Remota ⁽²⁾	3.926.478	-	3.492.766	-
b.3) Outras Causas	687.107	850	9.589	720
Provável (Nota 16.j)	850	850	720	720
Possível	9.317	-	8.522	-
Remota	676.940	-	347	-

⁽¹⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 119.063 na posição 30.09.2016. Na posição de 31.12.2015, o risco estava concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 107.343.

⁽²⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de R\$ 2.376.364, na posição 30.09.2016. Na posição de 31.12.2015, o risco estava concentrado em 05 (cinco) processos, que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 2.149.032.

- e) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco na forma do item "b", retromencionado.
- f) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea "c", subitem a.2.i, têm como objeto de discussão os tributos municipais.

Notas Explicativas

- g) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Quatro ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 1.663.688 na data base de 30.09.2016. Na posição de 31.12.2015 as estimativa de perdas financeiras para esses processos totalizavam R\$ 1.594.651.

Cível

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2016, R\$ 206.895. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 176.840.

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2016, R\$ 140.284. Na posição de 31.12.2015, estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 119.905.

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2016, R\$ 80.599. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 68.890.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2016, R\$ 57.718. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 49.333.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2016, R\$ 51.035. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 43.621.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.09.2016, R\$ 32.557. Na posição de 31.12.2015, R\$ 30.659.

- h) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Demandas Trabalhistas	459.217	449.031
Demandas Fiscais	122.812	114.858
Demandas Cíveis	72.003	77.777
Total	654.032	641.666

h) Movimentação das Provisões

h.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.069	90.201
Constituição	193	355
Reversão/Utilização/Baixa	-	(89.487)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.262	1.069
ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Legais)		
Saldo Inicial	266	284
Constituição	65	55
Reversão/Utilização/Baixa	-	(73)
Saldo Final (Nota 22.c)	331	266
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	46.249	36.525
Constituição	19.097	12.485
Reversão/Utilização/Baixa	(4.600)	(2.761)
Saldo Final (Nota 22.c)	60.746	46.249
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	249.461	221.610
Constituição	32.908	44.607

Notas Explicativas

Reversão/Utilização/Baixa	(108.737)	(16.756)
Saldo Final (Nota 16.j)	173.632	249.461
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	142.592	138.045
Constituição	38.178	51.707
Reversão/Utilização/Baixa	(24.718)	(47.160)
Saldo Final (Nota 16.j)	156.052	142.592
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	720	608
Constituição	528	460
Reversão/Utilização/Baixa	(398)	(348)
Saldo Final (Nota 16.j)	850	720

h.2) Demais Provisões para Passivos Contingentes

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
i) FNE		
Saldo Inicial	2.792.367	2.062.717
Constituição	1.289.579	1.820.699
Transferência de "Outros Passivos Contingentes" ⁽¹⁾	18.773	-
Reversão/Utilização/Baixa	(938.987)	(1.091.049)
Saldo Final (Nota 16.j)	3.161.732	2.792.367
ii) FDNE		
Saldo Inicial	654	1.065
Constituição	30	49
Reversão/Utilização/Baixa	-	(460)
Saldo Final (Nota 16.j)	684	654
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.644	2.600
Constituição	613	732
Reversão/Utilização/Baixa	(2.212)	(688)
Saldo Final (Nota 16.j)	1.045	2.644
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	37.800	28.603
Constituição	1.117	26.393
Transferência para "Passivos Contingentes" ⁽¹⁾	(18.773)	-
Reversão/Utilização/Baixa	(6.795)	(17.196)
Saldo Final (Nota 16.j)	13.349	37.800

⁽¹⁾referente à reclassificação contábil da provisão sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, referenciadas na Nota 22.i

- i) A provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, importa em R\$ 48.849 e compõe o saldo da rubrica "Passivos Contingentes - FNE" em 30.09.2016. Em 31.12.2015, a provisão de R\$ 24.440 compõe o saldo de "Outros Passivos Contingentes".
- j) Em "Outros Passivos Contingentes", na posição de 30.09.2016, registram-se os valores de: R\$ 12.427 (R\$ 11.244, em 31.12.2015) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 922 (R\$ 2.116, em 31.12.2015) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)**a) Remuneração Mensal de Funcionários**

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 31.12.2015
Máxima	36.619,33	36.619,33
Mínima	1.427,35	1.427,35
Média	9.434,83	9.201,87

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Notas Explicativas

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	662.051,71	919.814,85	50.356,71	66.419,46	47.269,71	62.347,80
Menor remuneração individual ⁽³⁾	495.764,73	799.389,54	38.587,59	66.419,46	38.587,59	50.896,23
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	684.527,27	970.097,67	39.064,62	54.141,05	41.930,50	55.454,12
Número de membros ⁽⁵⁾	7,33	6,83	6,00	5,42	5,22	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 63ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2016.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.09.2016, o número de funcionários do Banco totalizava 7.226 (7.231 em 31.12.2015), registrando-se uma redução de 0,07% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Notas Explicativas

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capec os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capec e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capec.

Os planos BD e CV I são regidos pela Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 22, de 25.11.2015, nº 16, de 19.11.2014, nº 14, de 24.02.2014, nº 13, de 04.11.2013 e nº 10, de 19.12.2012 que preveem as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. De acordo com a legislação citada, o superávit do Plano CV I, no âmbito da Capec está integralmente alocado na Reserva de Contingência e para fins de atendimento ao disposto na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o CPC 33 (R1), não é reconhecido pelo Banco, conforme citado no inciso II, do subitem b.1.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capec

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.09.2016, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2015, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. Encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

Em seu estatuto a Camed define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Notas Explicativas

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos.
BD/ CV I/Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez diz respeito ao casamento dos fluxos de caixas de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis para pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.
BD/ CV I/Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ CV I/Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Notas Explicativas

BD/Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive o valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

a.5) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.729	4.778	6.507
Plano CV I	5.115	99	5.214
Plano Natural	6.834	4.821	11.655
Seguro de Vida em Grupo	5.221	3.463	8.684

a.6) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

Os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados à variação e alterações da base cadastral e aos eventos expressos pelas tábuas atuariais. Não há expectativa de variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além daqueles previstos no regulamento do plano.

Em relação ao Plano CV I, o risco atuarial é reduzido, pois as obrigações relativas a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais, embora que as obrigações previdenciais, de menor dimensão, relativas aos benefícios prestados em fase de renda vitalícia possam eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais. Para essas obrigações existem mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais tais como: i) a constituição de fundos previdenciais; e ii) o reajuste de benefício calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, com as limitações previstas no regulamento. Esse plano conta ainda com fundos previdenciais que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio atuarial do plano quando ocorrer insuficiência atuarial e ainda prover à cobertura securitária dos benefícios decorrentes de invalidez ou óbito de participante. Além disso, para ambos os planos, são realizadas atualizações cadastrais periódicas, além de estudos técnicos específicos para aferir a aderência e convergência das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

A Caped conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

Com relação ao plano natural, destaca-se o risco atuarial ou de subscrição, associado à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Esse risco está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. A avaliação dos riscos pela Camed é realizada mediante a elaboração de estudos atuariais, por meio de análise detalhada do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde

Notas Explicativas

após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigação Líquida

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Plano BD (Notas 16.j e 28.a.2)	339.721	235.477
Plano Natural (Notas 16.j e 28.a.2)	804.728	772.977
Seguro de Vida (Notas 16.j e 28.a.2)	64.555	56.505

c) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	Capex			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(5.397)	(9.145)	694	646
2. Juros Líquidos	(19.761)	(8.727)	0	0
3. Total (item 1 + item 2)	(25.158)⁽¹⁾	(17.872)⁽¹⁾	694⁽²⁾	646⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano BD - 01.01 a 30.09.2016: R\$ 6; e 01.01 a 30.09.2015: R\$ 3.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	631	4.606	1750	(625)
2. Juros Líquidos	(74.573)	(61.563)	(5.316)	(3.154)
3. Total (item 1 + item 2)⁽³⁾	(73.942)	(56.957)	(3.566)	(3.779)

⁽³⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 30.09.2016: R\$ 28; e 01.01 a 30.09.2015: R\$ 26 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 30.09.2016: R\$ 5; e 01.01 a 30.09.2015: R\$ 4.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
1. Contribuições (Parte CD) ⁽⁴⁾	(33.665)	(27.898)

⁽⁴⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 30.09.2016: R\$ 237; e 01.01 a 30.09.2015: R\$ 206.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
1. Despesas Administrativas	(4.626)	(4.203)

d) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Especificação	Plano BD ⁽¹⁾		Plano CV I ⁽²⁾	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Ganhos (Perdas) atuariais	(128.980) ⁽³⁾	(203.438)	(1.752)	(1.390)

⁽¹⁾ Não houve avaliação atuarial no período, portanto, para o plano BD não há registro de ganhos (perdas) atuariais no período de 01.07 a 30.09.2016.

⁽²⁾ Os ganhos (perdas) atuariais referentes ao plano CV I no período de 01.07 a 30.09.2016 referem-se ao efeito do teto de ativo.

⁽³⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.09.2016: R\$ 98.

Especificação	Plano Natural ⁽¹⁾		Seguro de Vida ⁽¹⁾	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	31.09.2015
Ganhos (Perdas) atuariais	39.889	(75.799)	(6.809)	(13.099)

⁽¹⁾ Não houve avaliação atuarial no período, portanto, para os planos: Natural e Seguro de Vida, não há registro de ganhos (perdas) atuariais no período de 01.07 a 30.09.2016.

Notas Explicativas

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 65.021.339 (R\$ 59.893.11 em 31.12.2015), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do FNE, no valor de R\$ 14.957.744 (R\$ 11.324.340 em 31.12.2015), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. No exercício, a despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 788.367(R\$ 462.115 em 30.06.2015).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2016	Provisão em 31.12.2015
AA	9.286.417	-	-
A	11.272.601	28.288	29.476
B	9.510.285	47.828	46.579
C	2.330.856	34.713	32.959
D	1.557.192	77.743	30.288
E	649.109	98.844	102.802
F	509.708	127.301	106.093
G	900.814	315.008	278.590
H ⁽¹⁾	4.751.622	2.432.007	2.165.580
Total	40.768.604	3.161.732	2.792.367

⁽¹⁾ o saldo da Provisão de 30.09.2016 inclui R\$ 48.849 decorrente de operações de crédito com indícios de irregularidades, reclassificadas contabilmente de "Outros Passivos Contingentes" para "Provisão para Passivos Contingentes", referenciadas na Nota 22.i.

- d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 936.097 (R\$ 1.206.890 em 31.12.2015).
- e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do FNE, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. No período, a taxa de administração foi de R\$ 959.694 (R\$ 1.278.956 em 31.12.2015).

Notas Explicativas

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.09.2016	31.12.2015
Proger-Urbano Investimento	017/2006	3.182	6.351
FAT - Infraestrutura	018/2006	179.528	197.409
Protrabalho Investimento	004/2007	196.131	180.845
PNMPO	001/2010	113.223	133.780
Total		492.064	518.385

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 273.419 (R\$ 332.363 em 31.12.2015) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 27.841 (R\$ 37.932 em 31.12.2015).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2016		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	8.446	341	2.105	13.595	15.700
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	52.080	3.181	22.933	69.664	92.597
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	17.780	44	249	67.055	67.304
PNMPO	01/2010	RA	26.659	823	2.553	95.265	97.818
Total (Nota 13.b)			104.965	4.389	27.840	245.579	273.419

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.866	464	2.945	17.576	20.521
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.508	3.131	25.820	98.068	123.888
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	20.276	31	1.282	75.188	76.470
PNMPO	01/2010	RA	30.093	541	7.885	103.599	111.484
Total (Nota 13.b)			112.743	4.167	37.932	294.431	332.363

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela TJLP; e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e

Notas Explicativas

ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2016 a 2018, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03.12.2015. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.09.2016	31.12.2015
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	32.689.619	34.774.297
Público	1.442.956	1.679.852
Privado	31.246.663	33.094.445
Comércio	3.917.463	4.142.642
Comércio Exterior	383.032	857.483
Habitação	170	170
Indústria	9.321.665	9.700.730
Infraestrutura	2.715.121	3.184.417
Microfinança Urbana	2.751.967	2.993.986
Pessoas Físicas	128.915	226.259
Rural	7.144.734	7.036.781
Outros Serviços	4.883.596	4.951.977
Operações de Mercado	29.396.219	26.957.135
Títulos Públicos Federais	26.476.278	23.756.920
Operações Compromissadas	9.682.709	15.656.753
Outras	16.793.569	8.100.167
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.898.426	1.981.588
Outras Operações	1.021.515	1.218.627
Demais Ativos	4.535.951	3.756.309
Total	66.621.789	65.487.741

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$

Notas Explicativas

5.000 importam em R\$ 4.896.056 (R\$ 5.067.776 em 31.12.2015). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.630.456 (R\$ 3.957.266 em 31.12.2015).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.09.2016 (%)	31.12.2015 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	508,87	460,38
	Média dos últimos 12 meses	445,89	346,09
	Máximo dos últimos 12 meses	558,83	516,70
	Mínimo dos últimos 12 meses	249,52	249,52

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco,

Notas Explicativas

considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.111.796	7.100.963	(10.833)	7.090.464	(21.332)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(136.772)	(139.737)	(2.965)	(142.943)	(6.170)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(472)	(475)	(3)	(478)	(6)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	1.054.456	998.504	(55.952)	947.403	(107.053)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	445.118	340.278	(104.839)	263.320	(181.797)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	181.493	180.941	(552)	180.412	(1.081)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.964.899)	(1.986.912)	(22.014)	(2.002.036)	(37.138)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.775.623	3.711.463	(64.160)	3.654.618	(121.006)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.041.700	1.056.145	1.071.023
		Passivo em ME	(1.059.061)	(1.073.609)	(1.088.591)
		Exposição Líquida	(17.361)	(17.464)	(17.568)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrente de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais. O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo CMN, seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso,

Notas Explicativas

permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 60.115 (R\$ 67.162 em 31.12.2015 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2016	31.12.2015	Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Disponibilidades	29.054	58.426	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	635	Relações Interdependências	14.280	12.331
Operações de Crédito	747.777	1.033.285	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	77.772	101.491
Outros Créditos	602.626	1.040.756	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.840.533	2.284.406
			Outras Obrigações	535.361	1.004.859
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.379.457	2.133.102	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.467.946	3.403.087
Operações de Swap	1.028.374	1.202.823			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.407.831	3.335.925	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.467.946	3.403.087

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.09.2016, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 12,20% (13,61% em 31.12.2015) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 7,62% (7,25% em 31.12.2015). O PR apurado foi de R\$ 4.739.928 (R\$ 5.270.254 em 31.12.2015), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.836.692 (R\$ 2.689.059 em 31.12.2015), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 37.226.021 (R\$ 37.111.437 em 31.12.2015).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência (PR)	4.739.928	5.270.254
. Nível I	2.836.692	2.689.059
. Capital Principal	2.836.692	2.689.059
. Nível II	1.903.236	2.581.195
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	37.226.021	37.111.437
. Parcela RWACPAD	29.703.759	30.704.853
. Parcela RWACAM	363.249	372.978
. Parcela RWAJUR	60.101	80.718
. Parcela RWACOM	6.208	14.146
. Parcela RWAOPAD	7.092.704	5.938.742
Valor do RBAN	1.615.511	1.621.685
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,87511%])¹	1.063.859	1.187.996
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 9,875%)}	904.327	1.009.611
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	603.131	462.373
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	1.161.521	1.019.045
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 0,625%)	232.663	-
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	370.468	462.373
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,62%	7,25%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	7,62%	7,25%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,875%) ⁽¹⁾	12,73%	14,20%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	12,20%	13,61%

Notas Explicativas

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	4.739.928	5.270.254
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.836.692	2.689.059
Capital Principal	2.836.692	2.689.059
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	771.046	598.429
Reservas de Capital e de Reavaliação	15.023	16.621
Sobras ou Lucros Acumulados	533	-
Contas de Resultado Credoras	2.683.785	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.736.583)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(551.927)	(615.864)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	-
Ajustes Prudenciais	(189.185)	(154.127)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(5.436)	(3.446)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	-	(37)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(163.458)	(135.777)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(20.291)	(14.867)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	1.903.236	2.581.195
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.956.040	2.633.957
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.804)	(52.762)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida firmado com a União. O Banco está solicitando ao Bacen autorização para que o referido contrato de novação e confissão de dívida seja considerado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

O Bacen publicou, em 27.02.2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 30.09.2016, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 4,38, conforme quadro abaixo:

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência Nível I	2.836.692	2.689.059
Exposição Total para Razão de Alavancagem	64.925.624	63.250.106
Razão de Alavancagem (%)	4,37%	4,25%

iv. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	4.739.928	5.270.254
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	2.369.964	2.635.127
Situação	215.638	231.006
Margem	2.154.326	2.404.121
Índice de imobilização	4,55%	4,38%

Notas Explicativas

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	537.522	478.527
Total	537.522	478.527

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	273.419	332.363
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.702.417	1.709.146
Tesouro Nacional	450	426
BNDES	1.578.476	1.567.324
Finame	123.491	141.396
Outras Obrigações	17.922.706	14.626.241
FNE (Nota 16.f)	14.966.666	11.332.783
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16h e Nota 17)	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.i e Nota 18)	1.956.040	1.792.282
Total	19.898.542	16.667.750

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capef e Camed, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.j e 24.b)	339.721	235.477
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.j e 24.b)	804.728	772.977
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.j e 24.b)	64.555	56.505
Total	1.209.004	1.064.959

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Honorários	2.932	2.707
Diretoria	2.507	2.298
Conselho de Administração	223	206
Conselho Fiscal	202	203
Outros	1.609	971
Participação no Lucro	770	1.284
Total dos Benefícios de Curto Prazo	5.311	4.962
Benefícios Pós-Emprego	161	219
Total	5.472	5.181

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

Notas Explicativas

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2015
Lucro Líquido	172.767	200.944
Outros Resultados Abrangentes	65.535	(434.744)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	270.606	(250.619)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(109.115)	107.360
Realização da Reserva de Reavaliação	2.905	2.905
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(1.307)	(664)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(97.554)	(293.726)
Resultado Abrangente	238.302	(233.800)

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2016	31.12.2015
Créditos Abertos para Importação	3.529	8.980
Créditos de Exportação Confirmados	-	58.500
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	-	450
- FNE	20.622.899	19.962.828
- FDNE	118.357	111.941
Coobrigações em Cessões de Crédito	20.287	19.910

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

Fortaleza, 25 de outubro de 2016.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado - DVA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6